

Deputada do PDT entra com ação popular

A deputada estadual Alice Tamborindeguy, do PDT, impetrou ação popular contra o governo do Estado, baseando-se no abandono dos Cieps, segundo ela um patrimônio público valioso que está se deteriorando. Na ação, ela pede acesso a relatórios, processos administrativos, pareceres e levantamentos sobre o assunto e garante que o governador terá de responder a seu pedido dentro de 15 dias. Depois de estar com as provas na mão, a deputada pretende que empreiteiras e o próprio governador sejam responsabilizados pelos danos causados ao patrimônio.

Na ação, ela afirma que, no ano passado, o governo resolveu promover uma renegociação com as empreiteiras encarregadas da construção dos Cieps. "Estranhamente" — afirma — "excluiu do processo renegociatório a empresa gerenciadora contratada anteriormente, bem como a sociedade auditora, a internacionalmente conhecida Price & Waterhouse". A deputada denuncia que dessa comissão de negociação participava, "na qualidade de novo gerente dos Cieps", o gerente da Concic e responsável pelas obras. Tamborindeguy ressalta que a Concic era a empresa com maior número de obras contratadas para o Programa dos Cieps.

A deputada afirma que o resultado

dessa renegociação, na qual o governo atendeu a reivindicações dos empreiteiros negadas no governo anterior e aceitou a paralisação das obras, foi um custo para o Estado, no valor de 35 milhões de dólares. Ela disse ainda que havia irregularidades nas obras, defeitos que deveriam ser corrigidos pelas construtoras sob pena de não aceitação das obras.

Entretanto, segundo a deputada, não só não foram sanadas tais irregularidades como "novos acréscimos foram deferidos aos custos de construção, sem base contratual: 10,28% pelo recálculo, para mais, sobre os preços estabelecidos pela Faperj; 20% como taxa adicional de administração concedida às empreiteiras; e 5% como taxa de gerenciamento devida à Emop, alijando da tarefa a empresa de gerenciamento anteriormente contratada, bem como a auditoria da Price & Waterhouse, ambas de reputação internacional, dobrando-se o custo contratado e eliminando toda a fiscalização e auditoria."

A ação acusa o governador Moreira Franco pelas lesões ao patrimônio público. A deputada espera que a ação consiga repor "as coisas no seu estado anterior ao início dos atos lesivos, ou, se impossível ou inviável pelo decurso do tempo, que seja o Estado indenizado dos danos sofridos por seu patrimônio, pelos desvios apontados, tudo à custa dos responsáveis, dentre os quais, desde logo, avulta como maior deles o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado".

Alice Tamborindeguy quer saber que fim tiveram os terrenos destinados aos 500 Cieps e disse que pediu informações ao Executivo várias vezes, sobre esse assunto, sem jamais obter resposta.